

Sentidos de leitura crítica na BNCC

Anderson Evangelista Ribeiro¹

Lorena Ferreira Mafra²

Gabi Bomfim Cruz³

Adilson Ventura da Silva⁴

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento semântico da expressão leitura crítica, presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas ao longo da educação básica. Para isso, dois excertos foram recortados dos trechos referentes à Competência de Leitura, que notabilizam as únicas ocorrências da expressão nominal em todo o texto base do currículo educacional nacional. Esta análise se fundamenta na Semântica do Acontecimento (SA), teoria desenvolvida por Guimarães (2002; 2018), que considera a constituição histórica do sentido, a não transparência da língua e a temporalidade própria do acontecimento enunciativo. Entre outros conceitos, mobilizaremos os mecanismos de análise propostos pela SA, tais como os procedimentos de Reescrituração, Articulação e Domínio Semântico de Determinação (DSD). A partir do mecanismo de sondagem, percebemos que não há nos textos regulamentares uma orientação clara ou mesmo descrição do que seria leitura crítica, porém os sentidos apontam para que a leitura crítica seja uma atribuição de valores, mas que estes valores só podem ser efetuados por quem sabe fazer uma leitura crítica, o que divide hierarquicamente a sociedade, atribuindo a alguns a possibilidade de valorar um texto ou uma produção cultural.

Palavras-chave:

BNCC. Leitura crítica. Semântica do Acontecimento.

1) Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

2) Mestre e Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista FAPESB.

3) Psicóloga pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bolsista FAPESB.

4) Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós Graduação em Linguística (PPGLIN); Mestrado Profissional em Letras (Profletras); Grupo de Estudos e Pesquisa em Semântica (GEPES); E-mail: adilson.ventura@gmail.com.

Meanings of Critical Reading in BNCC

Abstract:

This work aims to analyze the semantic functioning of the expression critical reading, present in the National Common Curricular (BNCC), a normative document that defines the organic and progressive set of essential learning to be developed throughout basic education. For this, two excerpts were cut from the excerpts referring to Reading Competence, which highlight the Only occurrences of the nominal expression in the entire base text of the national education curriculum. This analysis is based on the Semantics of the Event (SA), a theory developed by Guimarães (2002; 2018), which considers the historical constitution of meaning, the non-transparency of language and the temporality of the enunciative event. Among Other concepts, we will mobilize the analysis mechanisms proposed by the SA, such as the procedures of Rewriting, Articulation and Semantic Domain of Determination (DSD). From the probing mechanism, we realized that there is no clear guidance or even description in the regulatory texts of what would be a critical reading, but the meanings point to the critical Reading being an attribution of values, but that these values can only be effected by who knows how to make a critical reading, which divides Society hierarchically, attributing to some the possibility of valuing a text or cultural production.

Keywords:

BNCC. Critical reading. Semantic of the event.

Introdução

O Brasil sempre possuiu a fama de ser um país de poucos leitores, mas, nos últimos anos, o ato de leitura vem perdendo ainda mais espaço, tornando-o cada vez mais conhecido pelo baixo percentual de leitores ativos. De acordo com a pesquisa “Retratos da Leitura do Brasil”, entre os anos de 2015 e 2019, 4,6 milhões de brasileiros deixaram de ler⁵. Esses dados contabilizam diversos fatores que participam da redução do hábito de ler da população, incluindo a parcela que aponta como causa questões relativas à dificuldade de leitura e compreensão. Essa dificuldade é, muitas vezes, observada na sala de aula, em alunos que frequentam regularmente o ambiente escolar e que têm acesso irrestrito à livros e professores, suscitando questionamentos sobre mecanismos de aprendizagem que sejam mais eficientes e que ofereçam melhores resultados no que diz respeito ao entendimento do leitor.

Diante desse cenário, apresenta-se um termo que aparece como a grande solução para se resolver o problema da leitura e da interpretação de textos, que é a “leitura crítica”. Este termo ganha notoriedade ao ser usado de forma ampla na sociedade, marcando, à princípio, uma diferença no que seja uma leitura, que ficava mais no âmbito da decodificação e a leitura crítica, a qual ganha um status de leitura mais “profunda”. Importante salientar que essa divisão se dá de uma forma imaginária, ou seja, muitos repetem os termos mas sem algum rigor científico nessa separação.

E, por aparecer na sociedade em geral, esse termo também passou a ser usado no espaço escolar, sendo utilizado por professores e aparecendo em materiais didáticos. A partir de 2018, essa expressão aparece,

inclusive, em textos que direcionam a educação no país. Todavia, apesar desse formato ter sido difundido e colocado como o caminho para resolver o problema de aprendizado dos alunos, não há explicação contundente sobre o que seja leitura crítica.

Ainda assim, a utilização do termo se tornou comum, e, por ser apontado como a solução para os problemas de leitura e interpretação, é importante realizar estudos para se identificar os sentidos dessa expressão, o que despertou a necessidade de buscar em textos legais de referência para a educação brasileira um modo de compreender o que é leitura crítica. Neste trabalho, portanto, iremos analisar textos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

A partir dos textos presentes no documento, observamos que não há uma definição específica ou parâmetro que indique o que é ter leitura crítica, tornando a compreensão e utilização do método de leitura impraticável. Desse modo, tomando como recorte para análise excertos retirados da BNCC, a questão que norteia este trabalho é: Quais os sentidos de “leitura crítica” que estão em funcionamento na BNCC? A hipótese é que não há uma definição clara do que seja “leitura crítica”. Assim, objetivamos identificar os sentidos do termo leitura crítica, a fim de levantar propostas que contribuam para práticas de leitura mais efetivas.

Para tanto, utilizaremos como aporte teórico e metodológico a Semântica do Acontecimento (SA), desenvolvida por Eduar-

5) Conferir em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos#:~:text=As%20maiores%20quedas%20no%20percentual,de%2076%25%20para%2067%25>.

do Guimarães (2002; 2018), professor da Unicamp, por meio da qual é possível observarmos o funcionamento semântico mobilizando procedimentos analíticos, tais como a articulação, a reescrituração e o Domínio Semântico de Determinação (DSD), a serem explicados a seguir.

Aporte teórico-metodológico

A semântica do acontecimento é uma teoria linguística proposta pelo professor Eduardo Guimarães, que possui diálogos importantes com Ducrot e Benveniste, contudo, se afasta da posição estruturalista de ambos e se aproxima do materialismo na construção da sua abordagem (OLIVEIRA, 2014). É uma área da semântica que propõe direcionar a suas análises ao acontecimento da linguagem.

Para Guimarães (2005), algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem, é um espaço de temporalização, instaura sua própria temporalidade, ou seja, não é um fato no tempo. Todo acontecimento de linguagem é um presente que abre em si uma latência de futuro e que só faz sentido porque recorta a um passado que o faz significar. O sujeito aqui, não é a origem do tempo na língua, ele é tomado na temporalidade que o acontecimento instaura. O autor afirma que em relação à temporalidade:

“(...) gostaria de recusar aqui a posição benvenistiana, segundo à qual o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar. Ou seja, o presente do acontecimento não é, para mim, como quer Benveniste, o tempo no qual o locutor diz eu e enuncia, a partir do qual se organizam um passado (um antes) e um futuro (um depois), constituindo-se assim, a partir do Eu, uma linha de sucessividade. O que quero dizer é que não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

Para analisar sentidos de uma palavra, Guimarães compreende que formas linguísticas só fazem sentido porque integram enunciados e estes, por sua vez, a um texto. Assim, ser semanticista é observar como expressões linguísticas se relacionam entre si em um texto (GUIMARÃES, 2016). Porém, ao considerar a materialidade histórica da língua, é necessário observar como a memória enunciativa funciona no recorte selecionado (GUIMARÃES, 1999), ou seja, como uma enunciação se relaciona com outras que já foram enunciadas.

Guimarães (2008) também irá se distanciar da noção de argumentação atrelada a lógica, como se apresentasse fatos ou como uma manipulação daquele que fala, para ele a argumentação se dá pelo funcionamento da língua no acontecimento. No seu ponto de vista, o funcionamento da língua argumenta.

Para a condução da análise, o autor sugere que nos atentemos aos procedimentos enunciativos de reescrituração e articulação. A reescrituração ocorre quando uma palavra ou expressão, diz algo que já está no texto, o que faz com que se signifique de uma forma diferente. Ela pode se dar por substituição, repetição, condensação, expansão, eclipse e definição. Já a articulação, é o procedimento em que formas linguísticas se relacionam em sua contiguidade, podendo ser elas de três tipos diferentes, podendo se dar por dependência, coordenação ou incidência. Além desses dois, Guimarães também destaca o procedimento de enumeração, que é marcado pelo cruzamento entre a articulação e a reescrituração, e acontece quando um conjunto de palavras apresenta partes de um elemento (GUIMARÃES, 2009).

Após a observação desses funcionamentos conseguimos compreender como uma palavra determina a outra em um texto e a partir desse entendimento é possível

construir aquilo que Guimarães (2007) chama de Domínio Semântico de Determinação (DSD). O DSD é uma expressão gráfica onde \vdash representa a relação determinante/determinado e a relação de antonímia é representada por (.....) (VENTURA, 2012).

Por fim, entendendo que o falante é agenciado em sujeito quando a língua é colocada em movimento, Guimarães (2005) traz o conceito de espaço de enunciação, que é definido por ele como espaços de funcionamento de línguas, são neles que se organizam e se distribuem os papéis sociais. Neles, enunciar não é uma prática individual e subjetiva, mas sim política, pois só se enuncia nesse espaço dividido de línguas e falantes, nesse espaço marcado pela disputa. O político aqui, é entendido como conflito da divisão desigual do real, que distribui hierarquicamente os falantes, ao mesmo tempo que provoca a ilusão de que todos falam de um mesmo lugar, que são iguais (GUIMARÃES, 2005). Para ele o político:

“se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos” (GUIMARÃES, 2002, p. 17).

A partir dessa separação dos lugares do dizer conseguimos analisar aquilo que Guimarães (2005) chamou de Cena enunciativa, onde o sujeito assume as posições de Locutor, Locutário, alocutor, alocutário e enunciador (GUIMARÃES, 2018). Sobre esses lugares enunciativos Guimarães (2002) coloca que:

“(...) configurações específicas do agenciamento enunciativo para "aquele

que fala" e "aquele para quem se fala". Na cena enunciativa "aquele que fala" ou "aquele para quem se fala" não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua.” (GUIMARÃES, 2002, p. 23)

A partir da relação entre Locutor e alocutário conseguimos identificar a argumentatividade linguística, que é uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer e apresenta essa direção como necessária, essa direção é própria da relação entre essas duas figuras da cena enunciativa (GUIMARÃES, 2013). Assim, para que se compreendam os sentidos que funcionam em um texto, além de nos atentarmos aos procedimentos supracitados, é imprescindível observar a como a cena está dividida.

Resultados e discussões

Para analisarmos os sentidos de “leitura crítica” utilizaremos dois excertos retirados da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documenta que regulamenta os moldes da educação brasileira. Após realizar o procedimento de sondagem, chegamos a dois recortes que são as únicas ocorrências da expressão nominal no documento, nelas buscaremos identificar quais são os sentidos para “leitura crítica” e de que modo estão funcionando.

Recorte 1

Fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, dentre outras, envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. P.73.

Neste primeiro enunciado, a expressão “leitura crítica” estabelece relações semânticas com os termos “textos verbais e outras produções culturais”, trata-se de uma articulação por incidência, isto é, a relação entre um elemento e outro não estabelece uma dependência direta entre os termos. Entretanto, por meio das relações de articulação constrói-se o sentido que remete ao espaço de ação. Além disso, cabe ainda ressaltar outra relação de sentidos na qual percebemos que produções culturais é uma reescritura para textos verbais, o que traz um sentido de que o texto verbal é uma produção cultural, e por tanto um espaço para exercer uma leitura crítica.

Ademais, o enunciado inicial “Fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, dentre outras”, é uma reescrituração por enumeração para “leitura crítica”, de modo que esses elementos constroem um sentido de atribuição de valores do que seria uma leitura crítica, o que concomitantemente recorta um memorável de que somente quem “possui” uma leitura crítica é capaz de apreciar e valorar características de textos verbais e outras produções culturais.

Podemos depreender da sondagem do recorte selecionado da BNCC que o funcionamento semântico não atesta para uma definição precisa do que seria uma leitura crítica, muito menos há evidenciado um modo claro de se chegar à leitura crítica. Esta é definida como a apreciação e valoração que se dá ao ler um texto ou uma produção cultural, ao mesmo tempo em que apreciar e valorar esses textos verbais e produções culturais são atributos de um leitor crítico. O que demonstra que paradoxalmente não há definição nem do que seria ler criticamente, nem do que seria valorar produções culturais, mas ainda assim que é necessário que haja uma para haver a outra.

Recorte 2

A vivência em leitura a partir de práticas situadas, envolvendo o contato com gêneros escritos e multimodais variados, de importância para a vida escolar, social e cultural dos estudantes, bem como as perspectivas de análise e problematização a partir dessas leituras, corroboram para o desenvolvimento da leitura crítica e para a construção de um percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. P.245.

Nesse segundo excerto, “leitura crítica” é uma reescrituração de “leitura” por especificação, percebemos isso pela atribuição de mais um elemento de sentido ao nome. Por sua vez, “leitura” está articulada por incidência com “práticas situadas” e com “gêneros escritos e multimodais”. O que põe em funcionamento o sentido de que para que ocorra uma leitura crítica é necessário que haja uma prática de leitura prévia, além de que é importante que essa prática seja variada, em gêneros escritos e multimodais.

Verifica-se ainda que “leituras” reescreve por condensação tudo o que foi dito antes e com isso se articula à “leitura crítica” que, por seu turno, se articula com “a construção de um percurso criativo e autônomo de aprendizagem da língua”. Desse modo, vejamos então que a prática de leitura não garante, somente “ajuda”, ou como está no excerto, corrobora para o desenvolvimento da leitura, o que é algo diferente de uma construção direta dessa competência de leitura.

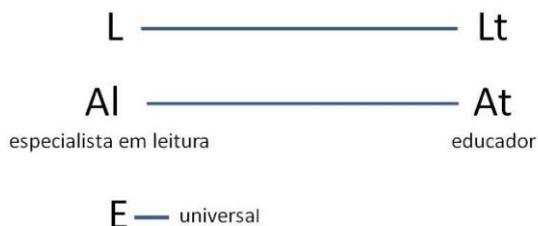
Essas relações de sentido da expressão nominal “leitura crítica”, encontradas nos recortes da BNCC e apontadas nesse trabalho, podem ser representadas graficamente através do DSD a seguir:



Ao observarmos o DSD é possível notar com maior precisão as relações semânticas construídas nos textos. Leitura crítica determina Valoração, que é, em resumo, as apreciações e valorações envolvidas no processo de uma leitura crítica, ao mesmo tempo em que Leitura crítica é determinada por Valoração. O que, simultaneamente, constrói um sentido de que é preciso uma leitura crítica para saber valorar textos, mas que também é preciso saber fazer apreciações e valorações para ler criticamente. Desse modo, esse jogo de trocas não possibilita definir com clareza o que realmente é uma leitura crítica; Por conseguinte Leitura Crítica determina as produções culturais, no caso como espaço para realização da leitura; E também é determinada por Leitura, já que reescreve por especificação qual tipo de leitura se trata, a crítica; Leitura por sua vez determina a aprendizagem da língua, isto é, constrói um sentido de que é necessário leitura para a construção de um percurso de aprendizagem da língua; E ainda, Leitura relaciona-se ainda com Vivência, de modo em que é determinada pela vivência em práticas de leitura, o que seria o mesmo que dizer que quem não tem uma vivência de leitura é incapaz de ler criticamente.

Outra questão importante que nos deparemos foi a constituição da Cena Enunciativa. Nela temos o alocutor especialista em leitura e o alocutário educador⁶, e o enunciador universal, além das figuras

do Locutor e Locutário, o que podemos ver na figura abaixo:



Essa Cena Enunciativa está construindo sentidos interessantes a respeito do que seja leitura crítica, na medida que esses lugares interferem diretamente na divisão do Espaço da Enunciação. Ao se estabelecer enquanto lugar social de especialista em leitura, o alocutor se constitui como uma autoridade que sabe e como deve ser feita a leitura.

O alocutário, mesmo estando no lugar social de educador, é posto no lugar de que não sabe como se ensina a leitura, ou seja, o próprio lugar de educador é apagado nessa relação, cabendo-lhe fazer o que é argumentado pelo alocutor.

Outra figura importante na Cena Enunciativa é o enunciador universal, que coloca o dizer como o verdadeiro, ou seja, o que está dito é verdadeiro em contraparte a qualquer outro dizer a respeito de leitura crítica. O que reforça a argumentação posta pelo alocutor, que por consequente, deixa o alocutário na posição de se fazer somente o que foi colocado pelo alocutor, pois todo o restante é falso, isto é, está errado.

Um ponto decisivo que esta análise da Cena Enunciativa nos mostra é que o aluno não aparece nessa relação, ou seja, a relação se dá somente entre quem sabe (alocutor) e quem ensina (alocutário). Por

6) Preferimos utilizar o termo "educador" no lugar de professor por abranger diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos etc.

ser um documento que norteia a educação brasileira, a não presença da figura do aluno pode ser considerada normal, mas, por outro lado, coloca a necessidade, para nós pesquisadores, de analisar materiais que são postos diretamente aos alunos e vemos como são constituídos.

Considerações finais

Com essas análises podemos observar quais os sentidos de leitura crítica estão funcionando nos textos selecionados. O primeiro ponto conclusivo é a falta de definição do que é uma Leitura Crítica, já que em nenhum dos dois excertos fica bem claro do que se trata essa competência ou ainda como adquiri-la. No primeiro trecho retirado da BNCC é possível depreender que apreciações e valorações são características da leitura crítica, assim, estão apenas envolvidas no processo de leitura crítica, mas não são especificamente o processo. Ademais, a análise possibilita inferir o lugar de ação preterido para a valoração envolvida na leitura crítica, textos verbais e produções culturais. No segundo excerto também não há uma definição precisa do que seria uma leitura crítica, mas apenas de práticas que corroboram para o desenvolvimento de uma leitura crítica e conseqüentemente para o aprendizado da língua, definidas pelo documento como vivência em leitura a partir de práticas situadas.

Outro ponto que é de suma importância para entender os sentidos de Leitura Crítica na BNCC é a dupla determinação entre este termo e a "valoração". Esta dupla determinação traz uma divisão política no Espaço da Enunciação, dividindo os lugares de quem pode valorar textos, que são os que fazem a leitura crítica, em contraposição a lugares dos que não podem valorar textos. Porém, a partir da análise empreendida, estes lugares apresentam uma questão importante a ser debatida: só é

possível valorar quando há leitura crítica, e só há leitura crítica a partir de uma valoração. Assim, apesar do termo leitura crítica ser amplamente usado, há pouco espaço para que se possa fazer uma leitura crítica, pois, em primeiro lugar, não há uma definição clara e, em segundo lugar, na definição existente na BNCC há uma dupla determinação que dificulta exercê-la.

Assim, podemos dizer que, apesar de ser apresentada como algo evidente e que soluciona todos os problemas de leitura, o que é chamado de leitura crítica não é algo evidente ou que tenha certos sentidos estabilizados, mas algo que requer maiores estudos e análises para compreendermos os sentidos que estão em funcionamento. Com isso, apontamos a necessidade de se analisar essa expressão em outros documentos e em materiais didáticos, na medida que, por conta de uma pretensa transparência em seus sentidos, influencia diretamente no modo como se aprende a ler e na própria formação de leitores, questão fundamental para um país como o nosso que possui um baixo percentual de leitores.

Por fim, acerca dos levantamentos feitos da Cena Enunciativa, concluímos que do modo como estão configuradas, as relações políticas indicam o lugar social do alocutor como especialista em leitura, aquele cujo a função é determinar como deve ser feita a leitura, e que fala como enunciador Universal, o que implica dizer que o que diz é verdadeiro em contraposição á qualquer outro dizer. Do outro lado da Cena Enunciativa está o alocutário, o educador, o qual tem os saberes sobre o ensino de leitura apagados, e é posto no lugar de quem não sabe ensinar, e lhe cabe apenas fazer o que é posto pelo alocutor. O que torna possível demonstrar o espaço que não é dado no documento para os saberes de ensino acerca da leitura provenientes da prática do educador. Não obstante, em um nível maior de apagamento está a figura do aluno que nem sequer apa-

rece nessa relação. O que, como já salientamos, aponta para a necessidade de buscar os sentidos da expressão nominal leitura crítica não só em textos regulamentadores, mas também em textos destinados aos docentes da educação básica, a fim de vermos quais os sentidos de leitura crítica estão em funcionamento.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *A enumeração funcionamento enunciativo e sentido*. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Argumentação e argumentatividade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. *ANDORINHA, ANDORINHA*. Revista ECOS, v. 9, n. 2, 2016. p. 197-207.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M.C. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, Pontes. 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica, enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. *Textualidade e enun-*

ciação. Laboratório de Estudos Urbanos. Escritos 2, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Um contra-argumento delocutivo: fala sério*. Revista Línguas & Letras, v. 9, 2008.

OLIVEIRA Sheila Elias de. *Sobre o funcionamento do político na linguagem*. Línguas e instrumentos linguísticos, 34, Campinas: CNPQ - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2014. p. 41 – 54.

Tokarnia, M. *Brasil perde 4,6 milhões de leitores em quatro anos*. Agência Brasil. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-em-quatro-anos#:~:text=As%20maiores%20quedas%20no%20percentual,de%2076%25%20para%2067%25>>. Acesso em 26/01/2023.